



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

OS AGRÔNOMOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO NO BRASIL PARA O CAMPO

José Wagner de Almeida³¹⁸

RESUMO

Este trabalho trata da participação do profissional agrônomo, mostrando sua atuação na reestruturação administrativa do – Ministério da Agricultura (MA) – quando, da sistematização e disseminação do saber agrônomo considerado científico; portanto, um saber apropriado para o ensino e a assistência ao homem do campo no Brasil. Utiliza-se fontes bibliográficas e documentais como recurso metodológico para se entender, como este profissional influenciou na disseminação do ensino agrícola no Brasil no pós-1930. Os achados aqui apresentados são de uma pesquisa de doutoramento em andamento e revelam que a participação do agrônomo nas instâncias estatais tornou possível: 1) à criação de uma rede de estabelecimentos de ensino agrícola no Brasil, e 2) a formação de uma matriz de pensamento sobre os problemas da agricultura brasileira ancorado em pressuposto técnico-científico.

PALAVRAS-CHAVE: Agrônomos. Estado, Ensino Agrícola.

INTRODUÇÃO

As primeiras experiências efetivas com a educação agrônoma superior no Brasil constam no final do século XIX, em 1877, onde tivemos a criação de várias instituições em diferentes Estados do Brasil. Na Bahia, na localidade de Cruz das Almas, Bahia³¹⁹, no Rio Grande do Sul em 1883³²⁰ e em 1894 a Escola Politécnica de São Paulo. Posteriormente no século XX, surgem novos projetos, como em 1908, A Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais; em 1910, A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro; em 1918, a Escola de Agronomia do Ceará; em 1920, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa,

³¹⁸ José Wagner de Almeida é aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC – Faculdade de Educação – FACED. Bolsista Propag-capes - Integra o grupo de pesquisa ligado à **Linha de Pesquisa História da Educação Comparada - LHEC** no Eixo temático: História da Educação, sob a orientação da Prof.^a Maria Juraci Maia Cavalcante. E-mail: almeidajw@gmail.com

³¹⁹ Quando, em 1859, foi projetada a construção da Escola Superior Agrícola da Bahia, destinada à formação de "agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários", todos aceitavam a importância e a oportunidade da ideia de se criar uma escola agrícola superior, não porém com o entusiasmo suficiente para colocá-la em prática. A escola da Bahia levou 17 anos para passar de ideal a realidade e, quando o fez, não foi sem tropeços. A primeira turma de formados, em 1880, foi de dez alunos, mas nos cinco anos seguintes a média de formados foi de 4,5 por ano. Ao apagar das luzes do século XIX, a matrícula caiu praticamente para zero e, no início do século XX (1902), a escola foi fechada. "(**Estudos, O Ensino Superior Agrícola no Brasil**, Guy Capdeville Universidade Federal de Viçosa (UFV), R. bras. Est. pedag., Brasília, v.72, n.172, p.229-261, set./dez. 1991."

³²⁰ <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/pdf/escagtaq.pdf> (consultado em 28 de Abril de 2013).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Minas Gerais. Nem sempre a data da proposta de criação do curso coincide com a de sua efetivação³²¹. Pois a funcionamento efetivo de instituições começaram anos mais tarde.

No Ceará, a germinal vem de uma época mais longínqua, para historiadores como Barão de Studart, Dolor Barreira e Hugo Victor, fazem remontar a 1859 a ideia de criar no Ceará uma escola normal de agricultura, período em que na Bahia, estava sendo fundada a Escola Superior Agrícola da Bahia, onde se formariam agrônomos e engenheiros agrícolas.

Um dos primeiros projetos de ensino profissionalizante se deu no Estado das Minas Gerais no ano de 1867, porém torna-se realidade somente em 1869 com a institucionalização da Escola Prática de Agricultura de Juiz de Fora. Este centro agrônômico tinha como principal objetivo instruir os jovens, principalmente filhos de imigrante alemães, utilizava métodos os mais variados no trato com o conhecimento das ciências agrícolas, articulando teoria e prática. Porém, como, em outras realidades, foi uma experiência de curta duração, haja vista a pouco procura por esta modalidade de estudo.

Em São Paulo, tivemos uma experiência mais exitosa, e o ensino secundário foi bem sucedido. A “Escola Prática de Agricultura de Piracicaba”, hoje, instituição de ensino superior denominada: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), foi projetada em 1891 pela iniciativa privada e tinha como objetivo formar técnicos em agricultura prática para o gerenciamento de fazendas e as nascentes indústrias rurais.

Este breve relato, nos mostra que as políticas agrícolas no Brasil, não foram criadas no ano de 1930, marcado pelo movimento civil-militar que conduziu Vargas ao poder, como “marco inaugural” da emergência deste tipo de ensino, como, por vezes, quer nos fazer crer, a historiografia especializada no estudo do ensino agrícola do Brasil (MENDONÇA, 2010).

Tivemos antes disso os Aprendizados e os Patronatos agrícolas, que se encarregariam de ministrar um curso elementar com dois anos de duração, destinado a fornecer a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas.

A despeito de seu número reduzido, a importância dos aprendizados residiu em difundir os princípios do “ensino agrícola” enquanto instrumentos do poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, uma vez que, colocando à porta do *rurícola*

³²¹ Malavolta, Eurípides. in Guimarães e Shozo (Coords.). História das Ciências no Brasil. SP: EDUSP, 1979-1981, v.3, p. 105-149.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

um saber presidido pela noção de “progresso”, naturalizava-se tanto a oposição entre uma agricultura "moderna" e outra "arcaica", quanto à subordinação desta à primeira.

Nesta conjuntura de valorização das lides agrícolas, os grupos dominantes agrários procurariam maximizar a exploração de suas fazendas, necessitando, para tanto, de maior contingente de trabalhadores. Dessa forma, segundo apreciação de NAGLE (1976), o ensino profissionalizante, à época aparecia, portanto, “menos como um programa propriamente educacional e mais como um plano assistencial” oferecido aos “necessitados da misericórdia pública”; desse modo, “o seu objetivo inequívoco - muitas vezes explicitamente proposto - era a regeneração pelo trabalho.” (Idem, p. 164)

O desenvolvimento das ideias culturais de democracia, segundo Nagle, exerceu uma forte influência sobre o surgimento da preocupação com o ensino técnico-profissional e com o caráter prático do ensino em geral, na década final da Primeira Republica.

No Brasil, data de 1910 a criação do ensino agrônômico e a aprovação de seu respectivo regulamento (Decreto Nº. 8.319, de 20 de outubro de 1910). Esta modalidade de ensino ficava dividida em nível superior, médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes e conexos com o ensino agrícola, consultas ou conferências agrícolas e o de serviços e instalações complementares - estações experimentais, estações de ensaio, de máquinas agrícolas, por zootécnicos e meteorológicos.

Nagle (1976, p. 182-184) menciona a existência de duas modalidades de ensino agrícola: o ensino nos Patronatos Agrícolas e na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. O primeiro era destinado aos menores desvalidos entre de 10 a 16 anos. Consistia no ensino primário e profissional que abrangia estudos do solo, instrumentos agrários, escolha de sementes, jardinocultura, pecuária, laticínios, apicultura, sericultura, dentre outros. A segunda modalidade destinava-se a alta instrução profissional, técnica e experimental referente à agricultura, a veterinária e a química industrial.

Após a revolução de 1930, os atores que atuavam em prol da educação e lutavam pela direção e comando no que se refere ao ensino agrícola permaneciam os mesmos. Os cafeicultores paulista de um lado, e do outro, proprietários de terra das demais regiões do país, principalmente os do Norte e do Nordeste. A representação de classe estava presente nesta disputa. A SNA de agricultura, assumiria papel decisivo nas questões do ensino agrícola no Ministério da Agricultura.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Em meio a essa disputa entre paulistas e demais produtores agrícolas do país, outro movimento tomava corpo e passava a exigir sua participação no comando e nas decisões referentes ao ensino agrícola e a agricultura no país, era o dos agrônomos.

Teríamos duas instituições em disputa pela pasta da agricultura - a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ), que tomava partido pelos agricultores paulistas, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), que na década de 1930 foi transformada em Escola Nacional de Agronomia (ENA), que defendia a diversificação agrícola, o cooperativismo, dentre outros pontos e, estava mais voltada aos interesses dos produtores agrícolas do Norte e Nordeste (NERY, 2010, p. 193).

Em 1927, é criada a Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA) como resposta, às reivindicações dos agrônomos, que representados por alguns professores da ESAMV que ocupavam postos dentro do MAIC ou que faziam parte da diretoria da SNA. Estes consideravam que deveria existir uma entidade voltada especificamente para organizar, mobilizar e coordenar todas as entidades que reunissem agrônomos no país. A figura do agrônomo representaria uma aproximação do homem do campo ao conhecimento técnico, que se daria por meio de um profissional com formação voltada especificamente para as questões da agricultura e, por conseguinte, a gestão de políticas para o ensino agrícola.

A especialista em educação rural, Sônia Mendonça, ao analisar o impacto da SBA, faz referência ao que o estatuto de fundação menciona como disparador do movimento dos professores da ESAMV para criação da SBA: a ideia de aproximar o agrônomo do homem do campo, e assim estaria tornando-o “porta-voz” do desenvolvimento agrícola brasileiro.

Segundo o estatuto da SBA, a entidade deveria promover:

(...) a criação de associações de lavradores para a racionalização de métodos culturais, pondo-se assim em contato direto com os agricultores, de sorte que, a ação profissional de agronomia sempre exerça em harmonia com o trabalho de nosso lavrador, do qual não poderá viver divorciado (SBA, Estatutos apud. MENDONÇA, 2003, p. 1).

Buscava-se com a criação da SBA, organizar e construir uma identidade institucional ao Ministério da Agricultura, marcado pela presença de agentes legitimados pela competência técnica, cuja necessidade construía-se a partir da verificação de que “os lavradores por si mesmo jamais terão meios de por em prática os métodos que assinalam a evolução do que já podemos chamar ciência agrícola” (RMAIC, 1915, p. 20). Era uma forma de centralização do poder do Governo Federal, junto a todas as representações da sociedade civil – sindicatos e associações existentes no país. Logo, a SBA assumia uma posição de destaque quando chama para si, a responsabilidade de



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

se colocar como a legítima representante do conjunto dos agrônomos cuja função seria “se atribuía a função de assessorar os produtores rurais brasileiros” (MENDONÇA, 2003, p. 1).

Porém, essa posição dos agrônomos em se colocaram como os representantes legítimos levou a acirradas disputas entre os sindicatos paulistas e os membros da SBA. Essa disputa mostrava um problema já anteriormente citado, que era a independência de São Paulo em relação ao restante do País quanto da organização de seu sistema de desenvolvimento agrário e, portanto, não aceitava que fosse submetido à subordinação estatutária e legalmente prevista à Sociedade Brasileira de Agronomia, órgão oficial máximo de representação nacional da categoria. Outro agravante da disputa seria em relação ao “projeto nacional” que a SBA impunha como modelo que desce conta das demandas dos agrônomos como um todo, e para todos.

Os agrônomos eram definidos como aqueles que:

Por toda a parte vão pregando a necessidade – para o país – e a vantagem pecuniária – para os lavradores – de se desenvolverem as culturas de trigo, do centeio, da cevada, do linho, da mamona, do amendoim, do arroz, do feijão, da ervilha, da mandioca, do algodão e outras plantas, que Dada dia se tornam mais remuneradoras para quem as cultiva inteligentemente (RMAIC, 1918, p. 14).

Sua capacidade técnica respaldaria sua atuação como agente transformador do campo. Os agrônomos tornar-se-iam os principais mediadores entre o poder público – e a iniciativa privada em razão do saber especializado que possuíam e que os credenciava para por em marcha de desenvolvimento a agricultura brasileira. A necessidade de profissionais capacitados para tamanha empreitada – tornou viável a propaganda sobre o saber agrônômico. Seriam os agrônomos aqueles que, por sua formação, iriam afirmar-se nas instancias burocráticas decisórias da pasta da agricultura, imprimindo a orientação cada vez mais tecnicizante de seus discursos e práticas, pondo-os como apolíticos e por isso, eficazes ideologicamente (MENDONÇA, 1997, p. 157).

Os agrônomos e engenheiros passariam gradativamente a assumir diretorias e pastas importantes no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio – MAIC, haja vista ser do próprio ministério o lugar de onde deveriam sair os agrônomos para atuarem em cada propriedade particular. Com seu trabalho iria estabelecer “as lavras de ensaio, nelas aplicando, para a obtenção de bons resultados, os métodos mais adiantados que a ciência prática em sucessivas experiências demonstrou lograr com avultados proventos” (MAIC, 1916, p. VIII).

As disputas entre paulistas e SBA, iria se refletir nas instituições formadoras dos agrônomos mais importantes do país. Seriam a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba) São Paulo e a Escola Nacional de Agronomia, do Rio de Janeiro. A rigor o que



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

tínhamos era a disputa de projetos para a agricultura brasileira, que vinha deste o início do século XX³²², e que agora se dava de forma mais intensa, visando estabelecer os interesses, que de fundo, eram de classe. De uma classe dominante agrária - a Sociedade Nacional de Agricultura (sediada no Rio de Janeiro) e a paulista Sociedade Rural Brasileira.

Um dos pontos que gerou essa disputa era saber qual o profissional estaria mais capacitado para atuar na “crise agrícola” do país. Para os Paulistas da SRB, deveria ser um profissional com formação estritamente técnica, socializado junto a laboratórios e maquinaria especializados, capaz de agilizar a mecanização da agricultura - paulista e brasileira – portando, seria os agrônomos formados pela escola de Piracicaba que melhor atendia a essa exigência. Já para SNA, que tinha seus membros atuando no Ministério da Agricultura destes 1910 – órgão ao qual estava subordinada a Escola de Agronomia sediada no Rio de Janeiro – o agrônomo tido como adequado à solução da “crise” agrícola nacional, seria os formados pela ESAMV, que inclusive já compunham base da SNA. Sendo, portanto, na concepção as SNA, os que portadora de contornos diversos daqueles enunciados pela entidade paulista, estaria mais aptos.

Segundo Mendonça, em artigo de sua lavra, publicado na Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, jul | dez 2010 traça o perfil acadêmico destas duas instituições, pondo em relevo o que as diferenciavam e a que setores da sociedade elas estavam vinculados diretamente. Em relação a ESALQ:

A ESALQ, criada em 1901, privilegiária, após sucessivas reformas curriculares, disciplinas de cunho eminentemente técnico,³²³ dedicando-se a preparar tanto os quadros para a Secretaria Estadual de Agricultura quanto àquele que seria seu público-alvo preferencial: os filhos de fazendeiros que requeriam qualificação para a gestão empresarial de seus negócios.³²⁴ Coerentemente com tal projeto, a Escola de Piracicaba se pautou, entre 1901 e 1961, por algumas características axiais: 1) o padrão endógeno da

³²² Tal disputa verificava-se na medida em que o sindicato paulista buscava esquivar-se da subordinação legalmente prevista à Sociedade Brasileira de Agronomia, órgão oficial máximo de representação da categoria. Ademais, também media forças com ela pela condução nacional das demandas dos agrônomos como um todo. A rigor, reeditava-se a permanente rivalidade que marcou o confronto entre escolas de agronomia – a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba e a Escola Nacional de Agronomia, do Rio de Janeiro - e mesmo entre entidades da classe dominante agrária do Rio e de São Paulo – no caso, a Sociedade Nacional de Agricultura e a paulista Sociedade Rural Brasileira. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*, RJ, Vício de Leitura, 1999 – b.

³²³ Inaugurado em 1900, com o total de cinco cadeiras, o Curso de Agronomia da ESALQ chegou à década de 1930 contando com nove delas. Importa reter que sua grande característica foi o predomínio de disciplinas técnicas, como agrologia, agrostologia, genética de alimentos, bromatologia, fitopatologia, etc., reservando-se apenas uma disciplina de cunho humanístico: Economia Rural. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999, capítulo II.

³²⁴ Inquérito promovido pelos alunos da ESALQ entre 1941-42, que evidenciou não somente a preocupação de muitos deles em administrar suas fazendas (65% da amostra), como também a busca do prestígio como motivo principal da opção pela escola (61%). MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia, poder e Estado no Brasil (1933-1961)*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Niterói, 1999, p. 35-37.

reprodução de seus quadros,³²⁵ resultando na consolidação de “dinastias esalquianas” junto ao corpo docente, com famílias inteiras diplomadas pela instituição e integradas a seu professorado;³²⁶ 2) um professorado formado, em sua maioria, por filhos de fazendeiros (52%), e secundado por negociantes (30%) – todos eles, à exceção de oito, paulistas de nascimento; 3) um corpo discente também integrado por esmagadora maioria de filhos de grandes proprietários paulistas (52% entre 1901 e 1961), de longe secundados por filhos de profissionais liberais (7,5% em todo o período) e de funcionários públicos (3,1% do conjunto).³²⁷ Como se percebe, a Escola se orientava a instrumentalizar profissionais destinados à reprodução social de sua condição de classe, tratando-se, quase todos, do que chamo de “agrônomos com terra”.³²⁸ Tal constatação é corroborada pelo fato de que 85% dos diplomados pela ESALQ entre 1930-1961 (2.117 agrônomos) tiveram como inserção “profissional” básica a administração de suas próprias fazendas ou o corpo docente da instituição. (MENDONÇA, 2010, p. 128)

Já em consideração à ESAMV, ela afirma que,

A Escola do governo federal contou com características completamente distintas no período estudado, a começar por seu objetivo central: disputar competências e legitimidade com a Escola de Piracicaba. Por sua filiação ao poder federal, a instituição emergiu como “escola-modelo” nacional, instrumento político por excelência de homogeneização da estrutura acadêmica dos cursos superiores de agronomia do país. Os vértices organizativos da ESAMV/ENA se contrapunham ao verificado na ESALQ, a começar pela origem social dos diplomados que, apesar de compreenderem 23% de filhos de fazendeiros, nunca representaram um percentual tão expressivo de alunos como na Escola paulista. Ademais, um espectro bem mais amplo de categorias socioprofissionais integrava o alunato da ENA, que chegou a contar com dois alunos filhos de artesãos e seis filhos de comerciantes, além de um alto contingente de filhos de funcionários públicos (18%), de profissionais liberais (13,5%) e de militares (9%), totalizando 52% de alunos oriundos de setores médios urbanos. Portanto, a ENA constituiu-se em instrumento de potencial ascensão social

³²⁵ Enquanto, entre 1903 e 1933, 67% dos professores da ESALQ constituíam-se de ex-alunos, ladeados por 20% de docentes estrangeiros, entre 1934 e 1961, esse percentual se alterou para um predomínio de 93% de docentes ex-alunos, i.e., paulistas e fazendeiros. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999a, p. 65

³²⁶ Exemplo disso é a família Teixeira Mendes – em número de três –, filhos e netos de grandes fazendeiros da própria região de Piracicaba, de onde saiu o primeiro catedrático da Escola. Havia também os três irmãos Kiehl, diplomados em início dos anos 1940 e docentes da instituição por mais de 15 anos; os Arzolla – José e Silvio – pai e filho, também grandes proprietários de Piracicaba; os Bergamin – irmãos formados entre 1934 e 1940 – sendo Henrique, filho de um deles, também ex-aluno e docente da ESALQ, dentre vários outros. MENDONÇA, op. cit., 1999, p. 55-56.

³²⁷ O trabalho que embasa tais resultados consistiu em pesquisa junto a 2.500 Pastas de Alunos da ESALQ, no período de 1900 a 1961. Dos documentos constantes de cada uma delas havia cópia da Certidão de Nascimento do discente, o que propiciou informações relevantes como “profissão do pai” e “local de nascimento”.

³²⁸ Tal tipologia permite distinguir entre alunos de Agronomia que eram filhos de fazendeiros e aqueles cuja origem social reportava-se da propriedade da terra, como no caso do alunato da ENA, que, por isso mesmo, preparavam-se para carreiras como funcionários ou empregados do Terciário, em geral.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

pela via do diploma, respondendo por um dos componentes mais expressivos do *habitus*³²⁹ adquirido na instituição: a crença no mérito como instrumento de afirmação social. (MENDONÇA, 2010, p. 129)

São importantes para nossa análise as considerações da professora Sonia Mendonça, em razão da potencialidade do ensino agrônomo como elemento responsável pela formação e qualificação destes profissionais- agrônomos - voltados para o atendimento de uma demanda de mercado. Quando falamos em demanda de mercado, nos reportamos tanto ao “modelo agroexportador” que vinha sendo pensado para o campo no Brasil, quanto a formação do trabalhador responsável pela execução desse projeto considerado nacional, resultado da ingerência estrangeira via acordos e parcerias firmadas entre o Brasil e Estados Unidos da América.

Os alunos formados pela ESALQ - tinha como distintivo o caráter tecnicista. Eram preparados para o mercado e tinham o saber prático e aplicado, como marca quando do exercício da profissão como agrônomo. Além de terem sido instruídos para o comando, tinham como lema “saber ver, para saber mandar fazer”. De todo adequado à condição de herdeiros de um capital econômico e social muito próximo das posições dominantes no campo político³³⁰.

Já os alunos da Escola do Rio tinha na matrícula alunos de outras partes do país e do exterior, não ficava circunscrito aos fluminenses e cariocas, embora estes representassem o maior percentual, cerca de 40% deles. Diferente da escola de São Paulo, era mais aberta, vamos verificar isso quando da democratização do acesso a ESAMV/ENA é atestado pela grande absorção de alunos transferidos de outros estabelecimentos, constituindo 32% dos diplomados no período. Para Mendonça (2010, p. 129), “É curioso notar que 10% dessas transferências foram de ex-alunos da ESALQ, evidenciando a circularidade e diversificação da procedência sociorregional dos estudantes, talvez a principal marca dessa escola entre 1910 e 1961”.

Vamos perceber que da ESAMV/ENA, saíram os agrônomos que vira a formar os quadros técnicos especializados do Ministério da Agricultura - MA. Cerca de 85% dos alunos diplomados atuaram na pasta do referido ministério. Outras instituições abrigariam esses profissionais, como serviços públicos em geral, associações de cooperados, tudo em nome da

³²⁹ Entende-se como *habitus* um sistema de “disposições duráveis e intransponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona cada momento como uma ‘matriz de percepções, de apreciações e de ações’”. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 103.

³³⁰ Ilustra tal “superioridade” o relatório produzido por um formando sobre uma das Grandes Excursões, onde afirma que “em relação ao que nos foi dado a ver na Argentina e Uruguai se, por um lado, conhecemos coisas muito acima da ‘prata da casa’, por outro verificamos jubilosos que no setor de experimentação nossa Escola leva acentuada vantagem sobre os países do Prata”. ESALQ. *Relatório de Grande Excursão*. Piracicaba: 1946, p. 3. Os Boletins da Escola, criados em 1947, tinham em sua capa o seguinte lema: “A ESALQ não é mais apenas um estabelecimento de ensino de Agronomia. Ela é um estabelecimento de pesquisa.” *Boletim da ESALQ*. Piracicaba: Ano I, no 1, p. 3.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

competência adquirida quando da passagem pela SAMV/ENA. Era o saber, legitimado e personalizado na figura do agrônomo.

A presença dos agrônomos no MA, vai demarcar de forma incisiva, um corte na sequência do que vinha sendo feito e pensado. Os agrônomos no MA, significou muito mais que uma mera disputa pela ampliação de mercado de trabalho, pois o que estava em jogo era a capacidade de inserir-se na sociedade política para, a partir daí, influenciarem a condução das políticas públicas agrícolas nacionais. Era necessário um profissional com formação e registro para atuar a frente das instituições que trabalhavam com o ensino agrícola.

Em 12 outubro de 1933, se dá a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo, através de decreto nº 23.196, fruto da influência conquistada pela SBA em todo o território nacional e a inserção dos seus membros em importantes postos da estrutura estatal, especialmente no Ministério da Agricultura, somados à implantação do regime populista por Getúlio Vargas, na década de 1930, com um modo de governar caracterizado pelas concessões e o centralismo (NERY, 2012, p. 194).

A partir da presença dos agrônomos no MA, foi possível reestruturar todo o sistema de ensino agrícola do país, vindo desta forma tornar possível a disseminação do pensamento que veiculava - ensino agrícola, associativismo, assistencialismo e desenvolvimento, com ancoragem nas relações e parcerias firmadas com o governo norte-americano, que passa a fomentar toda uma política desenvolvimentista “imperialista”, para os tidos não desenvolvidos situados na periferia do capitalismo mundial.

Considerações finais

Face ao até aqui exposto é possível supor que a vinculação entre os dirigentes das associações que representavam os interesses da elite agrária brasileira e a entidade profissional agrônômica, configurava um padrão absolutamente sintonizado com os interesses que representavam. Por outro lado, considerando que a ESALQ voltada à formação de “agrônomos com terra” vinculados aos grandes proprietários/empresários do setor agroindustrial, num típico caso onde a dimensão de classe sobrepujou a dimensão escolar/profissional apontava para a uma situação onde, para os agrônomos, a intermediação de sua entidade profissional com os órgãos governamentais era politicamente necessária para ascensão político-social.

A presença dos agrônomos no MA, vai demarcar de forma incisiva, um corte na sequência do que vinha sendo feito e pensado. Os agrônomos no MA, significou muito mais que uma mera disputa pela ampliação de mercado de trabalho, pois o que estava em jogo era a



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

capacidade de inserir-se na sociedade política para, a partir daí, influenciarem a condução das políticas públicas agrícolas nacionais. Era necessário um profissional com formação e registro para atuar a frente das instituições que trabalhavam com o ensino agrícola.

Foi somente a partir da criação da escola federal em 1910 – cujo currículo se tornou padrão de modo a assegurar o cunho “nacional” dos canais de profissionalização da nova categoria – que a expansão dos cursos de agronomia se acelerou, subordinando-se mais diretamente à iniciativa privada e seus interesses regionais. Nesse contexto, a constituição de agentes sociais de novo tipo, especializados na gestão potencial da ordem social que emergia no campo, tornava-se urgente, quer por seu papel de imobilizadores de mão de obra, quer pela “missão civilizadora” que desempenhariam em prol das diversas frações da classe dominante agrária. Os agrônomos tornaram-se igualmente importantes por seu caráter instrumentalizador pela via do Saber.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria de Estatística. **O ensino no Brasil ano I, 1932**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 103
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo-assistencialismo, 1930-1950**, Rio de Janeiro: UFF, 2006.
- _____. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- _____. **Agronomia, Agrônomos e projetos para a agricultura brasileira no pós-1930**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABPHE, 2003, p. 1-22.
- NAGLE, Jorge. **A remodelação do ensino profissional técnico**. In.: NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material escolar, 1976
- NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX : o patronato agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal de Sergipe. (UFS). 2006.
- _____. **Pelos caminhos de deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século xx (1910 – 1947)**. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) , 2010.